

GT 2 - Formação Profissional e Docente em Secretariado

PANORAMA DA FORMAÇÃO SUPERIOR EM SECRETARIADO NO BRASIL**Maria Delvania de Freitas**

Universidade Federal do Ceará, delfreitasufc@gmail.com

Daniela Giareta Durante

Universidade Federal do Ceará, danielagiareta@gmail.com

Resumo: A formação em secretariado alcançou certo desenvolvimento no início dos anos 2000, porém em período posterior ocorreu redução da oferta de novos cursos e o fechamento de cursos existentes. Essa realidade instigou a presente pesquisa que se ocupou em apresentar um panorama da situação atual da formação acadêmica em Secretariado no Brasil. A pesquisa é documental, a partir de dados obtidos no e-MEC e nos relatórios síntese do Enade, além de dados primários obtidos a partir do contato telefônico com 119 cursos de graduação em Secretariado. Os resultados indicam que a quantidade de cursos de Secretariado está sofrendo significativa retração, estando com 51 cursos em funcionamento em 2019. Essa diminuição não foi identificada em outras duas áreas de gestão como, Administração e Ciências Contábeis. A principal redução ocorreu em instituições de ensino privadas. Concluiu-se que, como a formação acadêmica e a profissão andam lado a lado, a diminuição da oferta da formação tem reflexos negativos na profissão e no mundo do trabalho, inclusive colocando em xeque a profissão. Diante disso, reflexões acerca da identidade da profissão de secretariado, ou seja, que qualificações esse profissional possui que o diferencia de outras profissões do campo da gestão são necessárias.

Palavras-chave: Secretariado. Formação Acadêmica. Cursos em funcionamento.

1 INTRODUÇÃO

O ensino acadêmico no Brasil teve seu desenvolvimento tardio, comparando-se aos países desenvolvidos (ROSSATO, 2002). Os primeiros registros que apontam para a criação das universidades brasileiras remetem a década de 1920. A partir de então, ocorreu um processo gradativo de crescimento. Em 1960 menos de 2% da população entre 20 e 24 anos tinha acesso à educação superior. Em 1970 o número passou para 5,2%, em 1975 chegou em 11% (DURHAM; SCHWARTZMAN, 1992). Mas, foi a partir dos anos 2000 que o desenvolvimento da educação superior atingiu seu ápice, resultado de medidas governamentais voltadas a esse fim, como a reestruturação do Plano Nacional de Educação. Em consequência, foram criados 987 Instituições de Educação Superior, 18.381 cursos e a realização de 3.343.186 matrículas em cursos de graduação (CIELO; SCHMIDT; WENNINGKAMP, 2014).

A formação acadêmica em Secretariado iniciou no ano de 1970. A maior expansão aconteceu entre os anos 1997 e 2007, acompanhando o desenvolvimento da educação superior de modo geral. No período seguinte, no entanto, entrou-se num processo gradativo de redução

na quantidade de cursos e também no número de alunos matriculados (CIELO; SCHMIDT; WENNINGKAMP, 2014). Diante disso, surgiu o interesse em investigar a formação acadêmica em Secretariado no Brasil para contribuir com reflexões acerca do futuro dessa formação. A questão de pesquisa foi assim formulada: Qual o panorama atual do ensino superior em Secretariado no Brasil?

Quanto aos objetivos específicos, definiram-se: 1) identificar a quantidade de cursos de graduação em Secretariado criados no Brasil; 2) identificar a quantidade de cursos de Secretariado em funcionamento no Brasil; 3) analisar as características das instituições de ensino quanto a categoria administrativa e localização geográfica; 4) comparar a oferta de cursos de Secretariado com a dos cursos de Administração e Ciências Contábeis.

O estudo de Cielo, Schmidt e Wenningkamp (2014) confirmou a redução de 27% na quantidade de cursos de Secretariado Executivo entre 2009 e 2012 e estimou a continuidade da redução nos anos seguintes. Entretanto, não foi localizado estudos que deram continuidade ao acompanhamento proposto pelas autoras. Tem-se o estudo de Silva *et al.* (2017) que verificou o cenário da formação na região Sul, com base na participação nas edições 2006, 2009, 2012 e 2015 do ENADE, constatando a diminuição da oferta dos cursos. Os autores concluíram que a retração da oferta está atrelada à diminuição dos ingressos no curso, que pode ser resultado da redução ou extinção de recursos nas instituições de ensino.

Outro estudo é de Locks *et al.* (2017) que trata do ensino na modalidade a distância no Brasil, com base em pesquisas realizadas no portal e-MEC, no ano de 2015. Foram identificadas 15 IES particulares que ofertavam o curso de Secretariado EAD, sendo 966 o total de cursos ativos, distribuídos em todas as regiões do país. Identificou-se também a predominância de cursos Tecnológicos em Secretariado na modalidade EAD e o possível aumento nos próximos anos, por ser uma sistemática de ensino que requer menor tempo de formação e também permite que o ensino aprendizagem ocorra em locais diferentes de forma simultânea.

O texto segue com a revisão da literatura, apontando o início e desenvolvimento da formação acadêmica em secretariado, no tocante a cursos bacharelados e tecnológicos e também na modalidade a distância. Na sequência, são descritos os procedimentos metodológicos adotados na execução da pesquisa documental. Os resultados são apresentados e discutidos no quarto capítulo, evidenciando o panorama atual do ensino superior em secretariado, seguindo com as conclusões e referências utilizadas. Os resultados evidenciam a redução da oferta de cursos na modalidade presencial, tanto bacharelado quanto tecnológico.

2 FORMAÇÃO ACADÊMICA EM SECRETARIADO: CURSOS BACHARELADOS, TECNOLÓGICOS E A DISTÂNCIA

O ensino superior no Brasil expandiu-se após algumas décadas. Estabelecendo uma cronologia a partir dos principais acontecimentos, tem-se que de 1920 a 1930, década em que se iniciou o surgimento das primeiras universidades, o ensino superior encontrava-se monopolizado, voltado a conceder diplomas para a classe mais alta, atingindo uma pequena parcela da população. Contudo, na década seguinte de 1930 a 1940, o aquecimento do mercado produtivo, provocado pelo desenvolvimento industrial e tecnológico gerou a demanda de mão de obra qualificada. Ainda assim, até os anos de 1960, o ensino superior

esteve centrado no preparo da mão de obra para o mercado de trabalho. Tal cenário provocou movimentos relacionados à necessidade de expansão da educação superior, assim como, a LDB de 1961, que considerou a educação pública e privada, a reforma universitária em 1968 que propunha a disseminação do ensino superior. O período 1975 a 1985 ficou marcado pela democratização da educação acadêmica. Em 1996 a publicação da LDB de nº 9.394 propôs a ordenação das Instituições de Ensino Superior em categorias administrativas. Esses acontecimentos, somados as medidas governamentais impulsionaram a criação de novos cursos superiores e a expansão do ensino acadêmico no país. Inicialmente, o ensino superior no Brasil, esteve concentrado nas universidades públicas. O segmento privado conseguiu sua ampliação a partir da publicação da primeira LDB, em 1961. (BRASIL, 1961; BRASIL, 1996; DURHAM; SCHWARTZMAN, 1992; FLORES, 2017).

Especificamente em Secretariado, o primeiro curso de ensino superior foi criado no ano de 1969, na Universidade Federal da Bahia, cujo funcionamento iniciou em 1970. Até 1997 o total de cursos bacharéis em Secretariado Executivo contabilizava 32. Já, em 2007, o total de cursos passou para 113, representando um acréscimo significativo no percurso de 10 anos e igualando-se a expansão nas outras áreas do conhecimento. No período posterior, no entanto, entrou em declínio. Considerando a participação dos cursos de Secretariado no Enade, da primeira para a segunda edição (2006 – 2009), a quantidade de cursos reduziu 15,96%, enquanto que da segunda para terceira edição (2009 – 2012) o percentual de declínio atingiu 27% (CIELO; SCHMIDT; WENNINGKAMP, 2014).

Cielo, Schmidt e Wenningkamp (2014) visualizaram a necessidade de contextualizar a redução da oferta da formação em Secretariado, com a crescente criação dos cursos no início dos anos 2000, época que ocorreu os incentivos do Plano Nacional de Educação, que visou expandir o Ensino Superior no País. As autoras acreditam que essa expansão acelerada, sem estudos analíticos e financeiros, tenha acarretado o fechamento de grande parte desses cursos. Além disso, o crescimento do ensino superior em Secretariado, em sua maioria, partiu do segmento privado, motivo que reforça a necessidade de um planejamento financeiro estruturado que atinja longo prazo, além de estudo criterioso de demanda na região.

A formação superior, de modo geral, seguiu novas perspectivas, a partir do Parecer CNE/CES nº 67, de 11 de março de 2003, propondo aos cursos de nível superior a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) específicas para cada área. A proposta deste parecer defende que a DCN é uma referência para a formação nas instituições do país, no que tange a construção do conhecimento e as competências mínimas exigidas no ensino acadêmico. Conforme o exposto no Parecer CNE/CES nº 67/2003, foi estabelecido um prazo para os cursos superiores apresentarem suas DCNs. A DCN por sua vez indica elementos essenciais intrínsecos a formação, compreendendo: conteúdos básicos, específicos e teóricos-práticos, que precisam estar presentes no processo de formação das competências e habilidades do profissional (BRASIL, 2003).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos bacharéis em Secretariado Executivo foram instituídas pela Resolução nº 3, de 23 de junho de 2005, que direcionou às IES, no que se refere a organização curricular em sintonia com perspectiva de graduar profissionais e torná-los capacitados, para atuar nos diversos campos, como consta no artigo 3º: “ensejar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as

questões que envolvam sólidos domínios científicos, acadêmicos, tecnológicos e estratégicos, específicos de seu campo de atuação [...]” (BRASIL, 2005a, p. 02).

As Diretrizes Curriculares Nacionais norteiam os cursos bacharéis em Secretariado, porém não torna o ensino pragmático e limitado, tendo em vista que permitem que as IES adotem um direcionamento educacional, de acordo com a cultura e as necessidades locais. Contudo, os egressos dos cursos devem atender as especificidades requeridas em cada região de ensino, considerando os elementos culturais e locais que devem ser contemplados (BRASIL, 2005).

Todavia, as DCNs defendem que a dimensão da formação profissional em Secretariado deve contemplar os campos interligados, tais como: áreas de ciências sociais, jurídicas, econômicas, comunicação, informação, técnicas e gestão secretarial, administração pública e privada, psicologia, empresarial, ética, língua estrangeira, conteúdos teórico-práticos, informática, estágio e atividades complementares (BRASIL, 2005).

No que diz respeito aos Cursos Superiores de Tecnologia (CST), estes são direcionados a formar profissionais qualificados para atuarem nas áreas científicas e tecnológicas, permitindo o ingresso a partir da conclusão do ensino médio. Os profissionais graduados nessa modalidade são tecnólogos de nível superior, aptos a exercer funções em âmbito produtivo, científico, tecnológico e expandir a aprendizagem para o nível de pós-graduação (BRASIL, 2016).

Com a Resolução CNE/CP 3 de 18 de dezembro de 2002, o presidente do Conselho Nacional de Educação instituiu a organização e funcionamento dos cursos superiores de tecnologia, com o intuito de unificar os requisitos curriculares mínimos, para o ensino superior tecnológico. Quanto aos objetivos, foi definido que essa forma de educação profissional, “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetiva garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias” (BRASIL, 2002a, p.01).

Os cursos tecnológicos são regidos pelo Catálogo Nacional de Cursos Superiores em Tecnologia, lançado em sua primeira edição em 2006, enquanto os cursos de bacharelado em Secretariado Executivo possuem Diretrizes Curriculares específicas. A versão mais recente do Catálogo, 2016, determina as competências e o perfil de formação no ensino tecnológico. No catálogo, o curso tecnólogo recebe a denominação exclusiva de secretariado e faz parte do eixo da gestão e negócios.

O Catálogo Nacional de Cursos Superiores em Tecnologia lista as competências requeridas ao nível da formação tecnológica em Secretariado, que por sua vez demanda por conhecimento ligado ao âmbito tático, exigindo tempo mínimo de formação de 1.600 horas. O quadro 1 indica de forma sintética as competências esperadas dos egressos do ensino acadêmico em secretariado, em que a formação superior em tecnologia e em bacharelado exigem competências e propósitos diferenciados.

Quadro 1 - Competências da formação em Tecnólogo e Bacharel em Secretariado

TECNÓLOGO EM SECRETARIADO	BACHAREL EM SECRETARIADO EXECUTIVO
---------------------------	------------------------------------

(continua)

(continuação)

Competências e Habilidades mínimas requeridas ao profissional tecnólogo em Secretariado	Competências e Habilidades mínimas requeridas ao profissional bacharel em Secretariado Executivo
<ol style="list-style-type: none"> 1. Assessoria a executivos, diretores sempre em busca de otimizar os processos; 2. Planeja e organiza os serviços de secretaria; 3. Executa atividades de eventos, serviços protocolares, viagens, relações com clientes e fornecedores; 4. Coordena as pessoas que fazem parte de sua equipe; 5. Atua com a comunicação organizacional; 6. Decide sobre a rotina do departamento em que opera; 7. Acompanha prazos e levanta informações de mercado para o processo de tomada de decisão; 8. Controla arquivos e informações; 9. Redige textos técnicos; 10. Auxilia na contratação de serviço de terceiros; 11. Supervisiona a execução das decisões; 12. Gerencia informações e realiza comunicação interna e externa; 13. Emite parecer técnico em sua área de formação. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Capacidade de articulação, planejamento e controle dos assuntos da organização; 2. Exercício de funções gerenciais, organização, controle e direção; 3. Gerenciamento e propagação da comunicação uniforme, de modo que favoreça as negociações; 4. Utilização do raciocínio lógico, crítico e analítico; 5. Liderança, resolução de conflitos e capacidade de soluções; 6. Sinergia, receptividade e liderança para o trabalho em equipe; 7. Gestão e assessoria no campo administrativo e empresarial; 8. Habilidade em lidar com modelos inovadores de gestão; 9. Eficaz utilização de técnicas secretariais, com renovadas tecnologias; 10. Identifica necessidades e equaciona soluções; 11. Visão generalista da organização; 12. Maximização e otimização dos recursos tecnológicos; 13. Iniciativa, criatividade, determinação e condução ética das responsabilidades dedicadas ao exercício profissional.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base na Resolução nº 3, de 23 de junho de 2005 e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores em Tecnologia (2016).

O grau tecnológico, conforme Catálogo Nacional de Cursos, confere ao secretário uma qualificação voltada ao planejamento prático do campo secretarial enquanto o grau bacharelado exige do secretário executivo qualificações voltadas a atender o nível estratégico (quadro 1). Não é que exista uma linha que delimite o que é competência exclusiva do tecnólogo e bacharelado, e sim estrutura de ensino que permite um foco mais específico para o tecnólogo e um âmbito mais generalista para o bacharel (BRASIL, 2005; BRASIL, 2016).

Apesar da liberdade que as IES possuem para ampliar a carga horária dos cursos, observando o limite mínimo e cientes que não foi estabelecido número máximo de horas, acarreta que na prática os cursos superiores não ultrapassam a carga horária mínima exigida. O período mínimo para obtenção do currículo em bacharelado é de três anos, enquanto que o curso tecnólogo tem requisição mínima de dois anos. Os profissionais formados em ambas as modalidades de ensino, recebem o diploma de conclusão do ensino superior sem distinção e podem se cadastrar na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) como secretário (a) executivo (a) (BRASIL, 2005; BRASIL, 2016).

O ensino superior em Secretariado também está disponível no Brasil na modalidade a distância, este abrange os 27 Estados Federativos do país, dispondo de 966 pólos de ensino (LOCKS *et al.*, 2017). O curso ofertado é o tecnológico em Secretariado (SILVA; BARROS; SANTOS, 2016). Um curso bacharelado a distância foi registrado no sistema e-MEC, tendo

iniciado seu funcionamento em 01/02/2016 (MEC, 2019). Além disso, 21 instituições de ensino privadas encontram-se em atividade nesta modalidade (MEC, 2019).

Deste modo, a formação superior em Secretariado no Brasil ocorre nos níveis bacharelado e tecnólogo, e de modo presencial e a distância. O foco deste estudo é os cursos bacharéis e tecnológicos, ambos presenciais.

3 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa documental, que “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2009, p. 45).

No estudo em questão, a pesquisa documental foi realizada a partir da coleta de dados em fontes primárias e secundárias (COOPER; SCHINDLER, 2013). Com a pretensão de verificar a quantidade de cursos de graduação em Secretariado Executivo criados no Brasil, realizou-se uma pesquisa na base de dados do e-MEC, que é um sistema digital do Ministério da Educação (MEC), onde constam informações públicas das Instituições de Ensino Superior (IES), seus pedidos de credenciamento, descredenciamento, extinção do curso, autorização, renovação de licença, migração de modalidade de ensino e demais processos pertinentes a manutenção e regularidade de um curso acadêmico. Em seguida, verificou-se o número de cursos de Secretariado Executivo participantes das edições do ENADE, que é um exame obrigatório para os concluintes, para que a IES se mantenha regular junto ao MEC. Os dados foram obtidos de acordo com os relatórios Síntese da Área.

Inicialmente, os dados foram coletados no endereço eletrônico: (<http://emec.mec.gov.br/>), no período compreendido entre os dias 09 de março e 18 de maio de 2019. Na etapa da coleta de dados, optou-se em selecionar o tipo de consulta avançada, aplicando-se o filtro dos cursos de Secretariado presenciais, que possuem grau de formação bacharelado e tecnológico. A partir desta seleção, foi possível verificar os cursos de graduação em secretariado que estão em atividade, em processo de credenciamento, descredenciamento, em extinção, extintos, processo de migração para o grau tecnológico, Ensino a Distância (EAD) e demais trâmites pertinentes as exigências do Ministério da Educação.

Na etapa seguinte, coletou-se a quantidade de cursos de Secretariado Executivo que participaram do Enade nas edições 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018. A pesquisa foi realizada no portal oficial do INEP: (<http://inep.gov.br/web/guest/relatorios>), no período de 18 a 20 de maio. A abrangência dos cursos compreendeu desde a primeira instituição que começou a funcionar em 06/03/1970 até os cadastros incluídos no portal e-MEC com data de 20/04/2019.

Foi verificada a criação de 212 cursos no Brasil, sendo 123 cursos em atividade, de acordo com o MEC. Então, optou-se por entrar em contato com cada um dos 123 cursos para saber se encontravam-se realmente em funcionamento. A motivação para esse contato foi a disparidade do total de cursos com registro em atividade, comparado a decrescente participação dos cursos de Secretariado nas cinco edições do Enade, em que a primeira edição registrou a participação de 119 cursos de bacharelado, e na última avaliação que ocorreu em 2018 contou com a inscrição de 42 cursos bacharelados em Secretariado Executivo (INEP, 2019).

Para proceder ao contato, foi feita a consulta individual das IES no portal do e-MEC e coletado o número telefônico de cada uma. Logo em seguida, foi efetuado a chamada telefônica. Nos casos em que o número não chamava ou estava incoerente, buscou-se no site da IES, conforme o endereço eletrônico indicado no portal e-MEC. O contato ocorreu no período de 21 a 28 de maio de 2019, mediante roteiro semiestruturado, visando saber se o curso encontra-se em funcionamento ou não. Foi possível obter informações de 119 cursos.

Por último, acessou-se os dados eletrônicos dos relatórios Síntese das Áreas de Administração e Ciências Contábeis, a fim de verificar a participação destes cursos nas edições do Enade nos anos 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018 e comparar com o Secretariado Executivo. Esses dois cursos foram escolhidos para fazer a comparação porque realizam o Enade nos mesmos anos; porque são cursos que produzem conteúdos estudados durante a formação em Secretariado Executivo e, além disso, porque geralmente os cursos congregam o mesmo departamento administrativo.

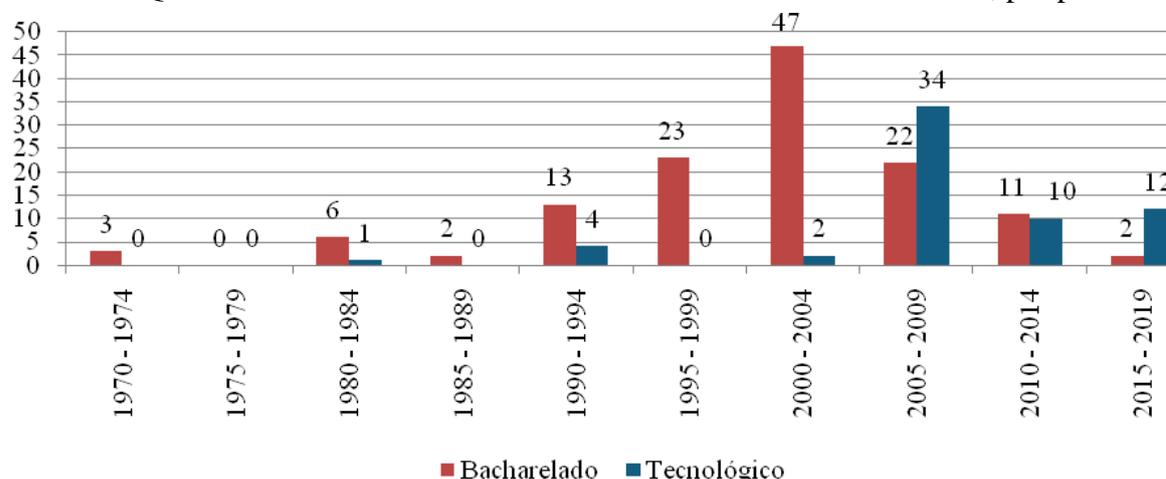
O tratamento dos resultados seguido da interpretação, contou com a organização das informações em tabelas, gráficos, figura e mapa para melhor compreensão e análise. Utilizou-se o aporte do *software* Excel, que viabilizou a elaboração de mapa interativo com abordagem dinâmica da quantidade de cursos de Secretariado distribuídos no Brasil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Cursos presenciais de graduação em Secretariado criados no Brasil

Verificou-se que desde o primeiro curso de graduação em Secretariado, que entrou em funcionamento, em 1970, até abril de 2019 registraram-se a criação de 212 cursos, na modalidade presencial. Porém, do total de cursos criados, 20 deles estão sem a data de início do funcionamento, em que se visualiza a observação, não iniciado, situação que justifica o gráfico 1 apresentar 192 cursos, com suas respectivas datas de início. Dos 192 cursos, 129 são bacharelados e 63 são tecnológicos. Dos 20 cursos que não apresentam data de início de funcionamento, 18 são tecnológicos e dois bacharelados (MEC, 2019).

Gráfico 1 - Quantidade de cursos de Secretariado Executivo criados no Brasil, por período

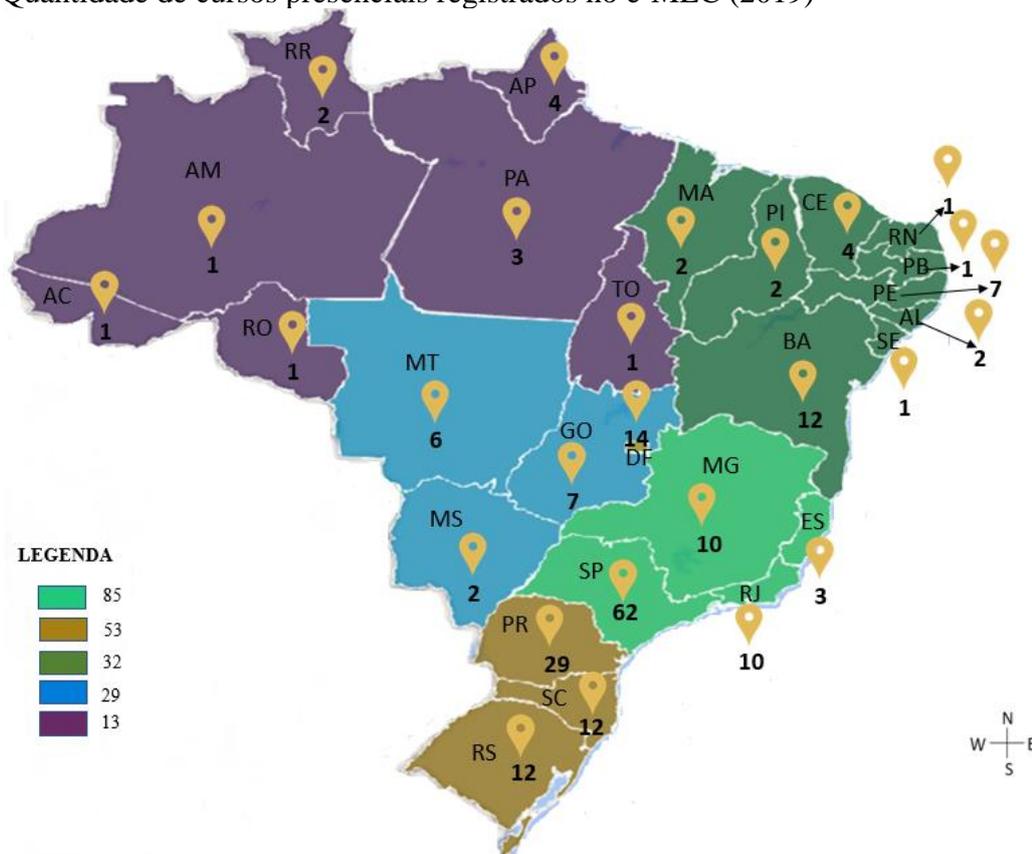


Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do e-MEC (2019).

Observa-se que de 1970 a 1999 (29 anos) entraram em funcionamento 52 cursos, e 49 iniciaram entre 2000-2004, representando o ápice de criação de cursos. Entre 2000 a 2009 (09 anos) registrou-se o início de mais 105 cursos de Secretariado, seguindo o crescimento e a tendência que ocorreu em todo o ensino superior no Brasil. O período 2005-2009 marca a redução da criação de novos cursos bacharelés e em contra partida o crescimento da criação de cursos tecnológicos, possivelmente como resultado da política governamental de incentivo a esse tipo de formação em todas as áreas, Decreto nº 5.224/2004 (BRASIL, 2004). O crescimento, no entanto, não se sustentou no período seguinte, pois a quantidade de cursos criados, tanto bacharelés quanto tecnológicos, já foi menor. O tecnológico manteve o crescimento médio em torno de 11 cursos entre 2010 e 2019, o que não ocorreu com o bacharelado, instaurando um cenário de reflexão sobre o futuro da formação, consequentemente, da profissão de Secretariado Executivo no Brasil.

A figura 1 apresenta os 212 cursos criados no Brasil, registrados junto ao e-MEC, no período de 49 anos, por estado brasileiro.

Figura 1- Quantidade de cursos presenciais registrados no e-MEC (2019)



Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados do e-MEC (2019).

Dos 212 cursos de Secretariado presenciais registrados junto ao MEC, 23 encontram-se extintos, 66 em processo de extinção e 123 cursos estão com o registro em atividade (MEC, 2019). Pode-se, ainda, observar que 40% dos cursos foram criados na Região Sudeste, 25% na

Região Sul, 15,5% Região Nordeste, 13,5% Centro-Oeste e 6% na Região Norte (figura 1). Percebe-se que os extremos são representados pelas regiões Sudeste que tem o maior percentual de cursos, em contrapartida a região Norte destaca-se com o menor índice de cursos de Secretariado (figura 1). O Sudeste concentra a formação em Secretariado, assim como em outras áreas por ser o maior polo industrial do Brasil, e depender fortemente de mão-de-obra especializada. Chauí (2003) explica que a universidade revela o modo de funcionamento da sociedade, acompanhando o contexto social, político e econômico.

4.2 Cursos de graduação presencial em Secretariado em funcionamento

Dos 212 cursos criados, 123 estão em atividade em 2019, ao passo que 89 cursos foram extintos ou estão em processo de extinção. Deste modo, além do reduzido número de novos cursos criados, parte dos criados não se encontram em funcionamento. A redução dos cursos de graduação em Secretariado desde o primeiro registro de formação de turma, em 1970, até o período da pesquisa, foi de 42%, de acordo com os dados do e-MEC. Tais dados não convergem com os resultados apresentados por Cielo, Schmidt e Wenningkamp (2014), que estudaram a quantidade de cursos de Secretariado Executivo, com base nas edições do ENADE dos anos 2006, 2009 e 2012 e verificaram redução em 41,1% no período de seis anos.

Buscando identificar a quantidade de cursos que estão em funcionamento, recorreu-se aos relatórios do INEP de participação do ENADE, já que os cursos em funcionamento precisam inscrever seus concludentes no referido exame. A tabela 1 apresenta esse quantitativo.

Tabela 1 - Participação dos cursos de Secretariado Executivo no ENADE por edição

Edição Enade	Quantidade de cursos participantes
2006	119
2009	100
2012	73
2015	58
2018	42

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados do Enade (2006- 2018).

As participações dos concludentes no Enade indicam redução da formação acadêmica do curso de Secretariado em 64% nos últimos 12 anos, entrando em contradição com os registros do e-MEC, que apontam redução de 42%. Enquanto, o Enade informa que 42 cursos encontram-se em funcionamento, o e-MEC informa que são 123 em funcionamento. Dada a disparidade, optou-se por contatar as 123 instituições de ensino para obter a informação, se o curso encontra-se em funcionamento ou não.

Foi possível obter a informação que dos 123 cursos, apenas 52 estão em andamento, porém um não está ofertando vagas para a modalidade presencial, somente a distância, motivo que restringiu o número de cursos em andamento para 51, conforme exposto na tabela 2. De forma complementar, dos 51 cursos em funcionamento, foi informado que seis não estão

conseguindo formar novas turmas, situação que indica futuro fechamento destes cursos. Este resultado aponta que os dados disponíveis no e-MEC são inconsistentes.

A partir da tabela 2 é possível verificar a quantidade de cursos que foram criados, destes quantos estão em funcionamento e quantos não estão funcionando e ainda a categoria administrativa da instituição. Ressalta-se que na relação de cursos em andamento e cursos sem funcionar não foi contabilizado os quatro cursos de grau tecnológico em que não foi obtida informação por meio telefônico, os quais são dos estados da Bahia, Santa Catarina e Minas Gerais.

Tabela 2 - Cursos presenciais de Secretariado no Brasil (2019)

UF	Nº de cursos criados	Nº de cursos em andamento		Nº de cursos sem funcionar	
		Público	Privado	Público	Privado
AC	1	-	-	-	1
AL	2	-	-	-	2
AM	1	-	-	-	1
AP	4	1	-	2	1
BA	12	1	-	-	9
CE	4	1	-	-	3
DF	14	1	6	-	7
ES	3	-	-	-	3
GO	7	-	-	-	7
MA	2	-	1	-	1
MG	10	1	-	-	8
MS	2	-	-	-	2
MT	6	1	-	-	5
PA	3	1	-	1	1
PB	1	1	-	-	-
PE	7	1	-	-	6
PI	2	1	-	-	1
PR	29	7	4	1	16
RJ	10	-	2	-	8
RO	1	-	-	-	1
RR	2	1	-	-	1
RN	1	-	-	-	1
RS	12	-	2	-	10
SC	12	2	1	2	6
SE	1	1	-	-	-
SP	62	2	12	2	46
TO	1	-	-	-	1
TOTAL	212	23	28	8	148
		51		156	

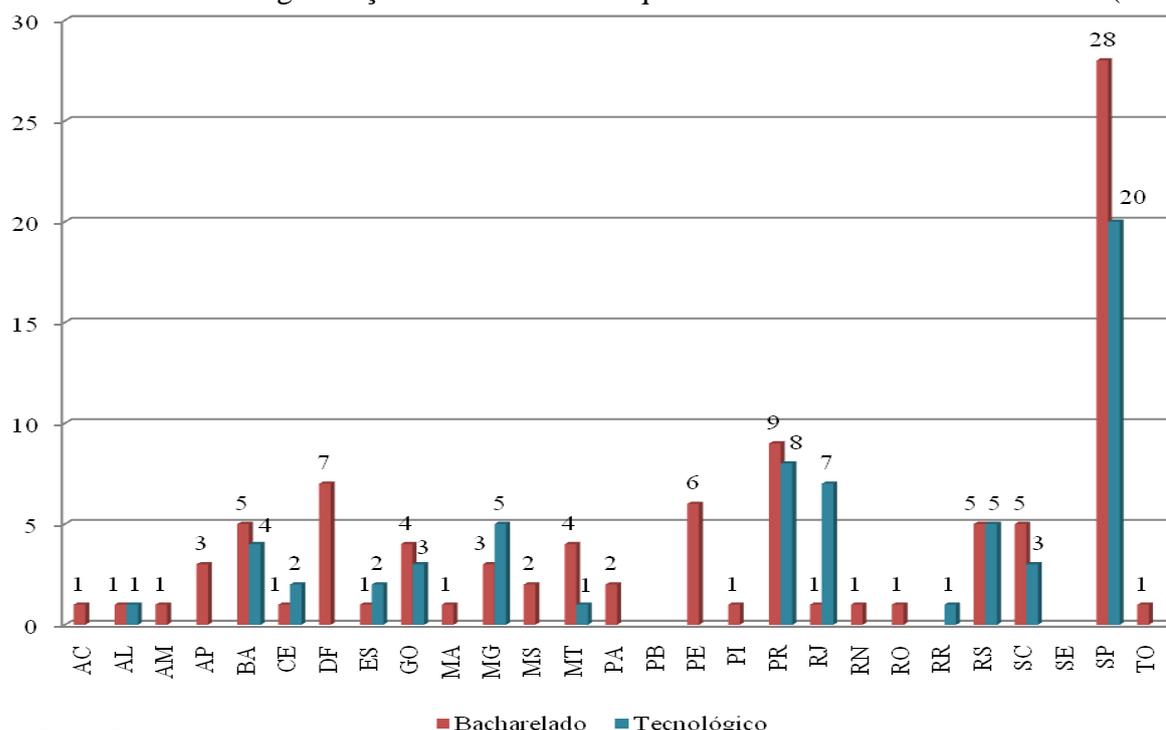
Fonte: Elaborada pelas autoras.

Os cursos foram criados em sua maioria por instituições privadas, representando 84% (tabela 2). Isto demonstra que o funcionamento destes cursos depende da demanda, uma vez que cada IES privada tem a quantidade mínima de alunos necessária para manutenção financeira das turmas. Esta realidade aponta para a dependência da formação de turmas dos cursos nas IES privadas e ressalta a capacidade das IES públicas ter uma projeção de manter os cursos de Secretariado por mais tempo, como já foi apontado por Cielo, Schmidt e Wenningkamp (2014).

Ainda, os resultados da tabela 2 apontam que o maior índice de fechamento dos cursos também é nas IES privadas, 94,8%, enquanto que a redução dos cursos de Secretariado nas IES públicas foi de 5,2%. Esta representação do total de fechamento dos cursos na categoria privada tem relação com o fato de existir mais cursos em instituição privada a pública. Conforme mostrou a pesquisa de Saviani (2010), no ano de 2005 a categoria privada representava 89,3% dos cursos de nível superior no Brasil. Também tem relação com o contexto econômico, político e social do país, logo, da população, uma vez que as instituições privadas para sustentarem seus cursos dependem de estudantes com condições financeiras de manterem suas mensalidades.

No gráfico 2 apresenta-se o número de cursos fechados, por estado. Em âmbito nacional, o bacharelado registra 72% de inatividade dos cursos criados e o tecnológico 76,5%, ou seja, menos de 30% dos cursos criados encontram-se em funcionamento, lembrando que do total de cursos tecnológicos, quatro deles não estão incluídos por falta de contato. Entende-se que esses percentuais interferem diretamente na profissão, gerando impactos negativos, inclusive colocando em xeque essa formação específica.

Gráfico 2 - Cursos de graduação em Secretariado que não estão funcionando no Brasil (2019)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

O crescente fechamento dos cursos bacharelados em Secretariado Executivo, gráfico 2, também pode apontar para questões que envolvem a atuação profissional, uma vez que as competências profissionais demandadas ao bacharel requerem uma qualificação mais profunda, e para isso exige-se mais tempo de dedicação e estudo, a fim de desenvolver conhecimento plural e crítico (VIEIRA; DURANTE; BARROS, 2015).

Pelo gráfico 2, verifica-se que o fechamento dos cursos atingiu praticamente todos os estados brasileiros, com exceção dos Estados Paraíba e Sergipe. Nestes estados, no entanto, foi criado apenas um curso em cada e em instituição pública federal. O Estado de São Paulo foi o que registrou maior quantidade de cursos criados e também representa maior quantitativo de cursos fechados, 29% para os cursos bacharelados e 32% para os tecnológicos, indicando que a retração da oferta não é exclusiva do bacharelado ou do tecnológico, mas da formação superior em Secretariado.

A tabela 3 apresenta os 51 cursos de Secretariado, na modalidade presencial, que estão em funcionamento no Brasil, por estado e instituição. Considerou-se cursos em andamento os que estão ofertando disciplinas regularmente no primeiro semestre de 2019.

Tabela 3 - Cursos presenciais de Secretariado em andamento no Brasil (2019)

UF	IES	Ano que iniciou o funcionamento	Grau	
			Bacharelado	Tecnológico
AP	UNIFAP	01/11/2017	-	X
BA	UFBA	06/03/1970	X	-
CE	UFC	01/08/1995	X	-
DF	IFB	22/02/2016	-	X
	UNIP	14/02/2012	X	-
	UPIS	01/08/1990	X	-
	CECAP	01/03/2000	X	-
	FACE	22/01/2018	-	X
	PFD	09/02/2009	-	X
	UNIPROJEÇÃO	06/03/2017	X	-
MA	FACAM-MA	01/05/2017	-	X
MG	UFV	01/03/1998	X	-
MT	IFMT	03/02/2010	X	-
PA	UEPA	20/09/2001	X	-
PB	UFPB	24/10/2006	X	-
PE	UFPE	01/03/1971	X	-
PI	IFPI	01/08/2001	-	X
PR	UNIUV	19/02/2001	X	-
	UNESPAR	01/03/2001	X	-
	UEL	28/02/1994	X	-
	UNICENTRO	01/03/2001	X	-
	UFPR	02/03/2009	-	X

(continua)

(Continuação)

PR	UNIFAMMA	28/01/2001	X	-
	IESSA	06/02/2006	X	-
	UNINTER	07/08/2000	X	-
	IFPR	20/09/2016	-	X
	UEM	20/03/2000	X	-
	UNIOESTE	23/02/1987	X	-
RJ	UNESA	03/03/1997	X	-
	UNIGRANRIO	01/08/1994	X	-
RR	UFRR	01/03/1994	X	-
RS	ULBRA	01/03/2004	X	-
	UPF	06/03/1995	X	-
SC	FURB	05/03/1990	X	-
	UFSC	15/09/2003	X	-
	UNIASSELVI	01/06/2001	-	X
SE	UFS	26/03/2007	X	-
SP	UNIP	13/08/1990	X	-
	ISES	01/08/2000	X	-
	ISES	01/08/2000	X	-
	UNINOVE	05/02/2007	-	X
	UNINOVE	05/02/2007	-	X
	UNINOVE	05/02/2007	-	X
	FMU	02/02/2009	X	-
	FMU	01/08/2008	X	-
	UNIÍTALO	01/08/1992	X	-
	FATEC - ITAQUA	02/02/2009	-	X
	FATEC-SP	27/06/1992	-	X
	UNILINS	03/02/2003	X	-
	USJT	20/02/1991	X	-
FECAP	31/01/2000	X	-	

Fonte: Elaborada pelas autoras.

As informações expostas na tabela 3 indicam a média, em anos, que os cursos possuem, compreendendo 17,5 anos, ou seja, são cursos novos que caracterizam uma formação jovem. Dos 51 cursos que estão em funcionamento, 72% (37) são bacharelados, estando estes concentrados nos Estados de São Paulo, Paraná e Brasília, que somam 43 % (22). Os cursos tecnológicos em funcionamento representam 27% (14) do total, estando também concentrados no Estado de São Paulo. A distribuição dos cursos por UF possibilita identificar que a formação superior não mais está disponível em todo o território nacional, e esta realidade se constitui em uma fragilidade da profissão. Os Estados Acre, Alagoas, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Rio Grande do Norte e Tocantins não mais disponibilizam a formação, nem em nível bacharelado e nem tecnológico

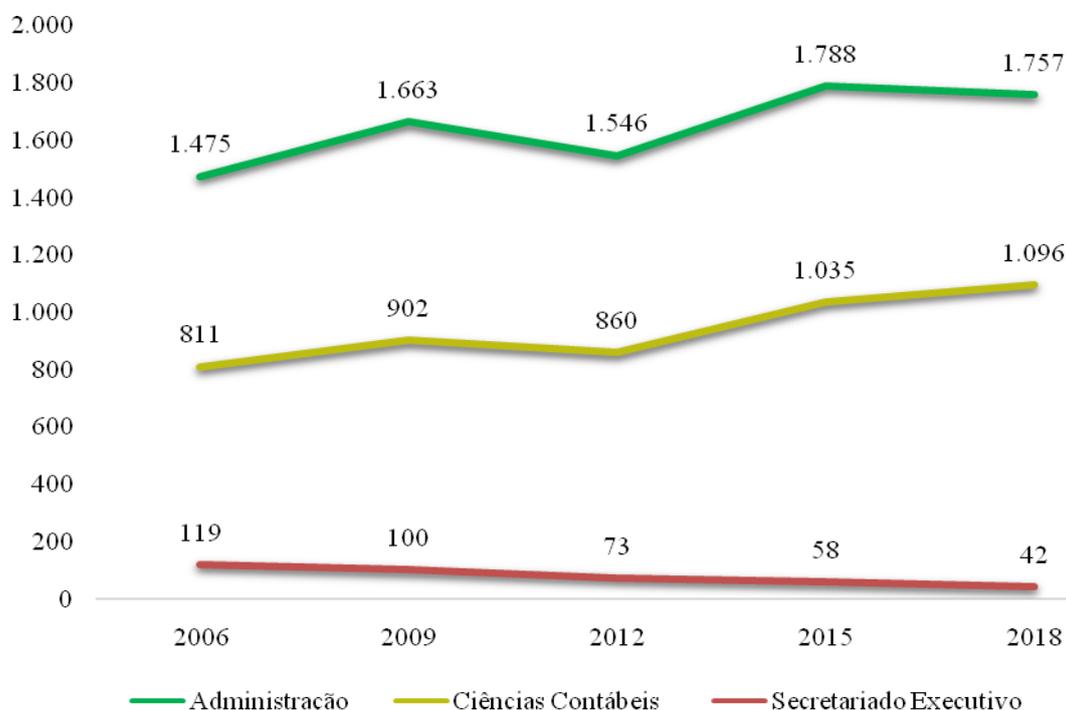
na modalidade presencial. Isso significa que os estados estão descobertos de qualificar futuros profissionais na área e que as demandas nas organizações nesses estados serão preenchidas ou por trabalhadores sem qualquer preparo ou com formação em outras áreas, intensificando o impacto negativo na profissão de secretariado.

4.3 Comparação do Secretariado com os cursos de Administração e Ciências Contábeis

Dado o cenário de constante retração na quantidade de cursos de graduação em Secretariado, buscou-se comparar com o comportamento de outros cursos do campo da gestão: Administração e Ciências Contábeis, com base na participação no Enade.

O gráfico 3 apresenta a quantidade de cursos participantes das cinco edições do Enade. O comportamento do curso de Secretariado é preocupante, uma vez que a variável, número de cursos, tem constante decréscimo, ao passo que a participação de Administração e Ciências Contábeis oscila, têm edições que diminui e outras aumentam. Analisando os números de 2006 a 2018, a quantidade de cursos de Administração e Ciências Contábeis aumentou em 19% e 35%, respectivamente (INEP, 2019). Deste modo, a formação em secretariado não acompanhou a evolução dos outros cursos do campo da gestão.

Gráfico 3 - Participação dos cursos de Secretariado Executivo, Ciências Contábeis e Administração no ENADE, por Edição



Fonte: Resultado da pesquisa a partir dos relatórios do ENADE (2006 – 2018).

Observa-se que 2012 foi a única edição do Enade em que a redução ocorreu nas três formações comparadas. O curso de Secretariado em 2012 teve declínio de 27%, em relação a edição anterior, tal regressão representou o maior decréscimo registrado de uma edição para

outra ao longo dos cinco exames. Já nos cursos de Administração e Ciências Contábeis ocorreu redução em 7% e 4,6%, mas estes cursos na edição de 2015 já registraram índices de aumento de 15,6% e 20,3 %, respectivamente. Tal cenário não se repetiu no âmbito da formação secretarial, que em 2015 registrou redução de mais 20% de participação, em relação a avaliação do ano de 2012 (gráfico 3).

A tabela 4 apresenta a distribuição dos cursos participantes do ENADE, por região brasileira.

Tabela 4 – Participação dos cursos de Administração, Secretariado Executivo e Ciências Contábeis nas edições do ENADE

ADMINISTRAÇÃO				
REGIÃO	2006	2009	2012	2015
Norte	78	101	87	97
Nordeste	238	293	261	311
Sudeste	667	742	692	833
Sul	330	346	335	363
Centro-Oeste	162	181	171	184

CIÊNCIAS CONTÁBEIS				
REGIÃO	2006	2009	2012	2015
Norte	55	67	63	71
Nordeste	148	168	160	189
Sudeste	329	357	337	438
Sul	181	197	196	224
Centro-Oeste	98	113	104	113

SECRETARIADO EXECUTIVO				
REGIÃO	2006	2009	2012	2015
Norte	9	9	5	4
Nordeste	17	15	14	8
Sudeste	42	34	23	22
Sul	37	27	20	17
Centro-Oeste	14	15	11	7

Fonte: Resultado da pesquisa a partir dos relatórios Síntese do ENADE (2006 – 2018).

Como verificado, a região Sudeste concentra a maioria dos cursos de ensino superior. Em 2015, o total de cursos de Administração presentes no ENADE a nível nacional foi representado em 46,5% por essa região, enquanto Contabilidade foi 42,3% e Secretariado Executivo com percentual de 38%. Por outro lado, a região Norte tem os menores índices de participações. Tomando a referência de 2015, Administração participou com 5,4% Contabilidade 6,8% e Secretariado 6,8% (tabela 4).

Em observância a categoria administrativa dos cursos participantes das edições do ENADE, a tabela 5 demonstra que as IES privadas são predominantes na quantidade de cursos das três formações. Assim a expansão do ensino superior no Brasil, em especial do

segmento privado, apontou para a necessidade de medidas públicas voltadas a facilitar o acesso dos estudantes a este nível de formação (FLORES, 2017). Tais incentivos foram favoráveis para a dominância de participação dos cursos privados nas edições do Enade, assim como verifica-se que no exame de 2015 a formação privada em Secretariado Executivo atingiu 70%, Administração 86,4% e Ciências Contábeis 85,7%.

Tabela 5 - Quantidade de cursos de Secretariado Executivo, Ciências Contábeis e Administração que participaram do ENADE por edição e por Categoria

Graduação	2006		2009		2012		2015	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
Administração	126	1.312	221	1.442	196	1.350	242	1.546
	1.475		1.663		1.546		1.788	
Ciências Contábeis	128	683	129	773	127	733	147	888
	811		902		860		1.035	
Secretariado Executivo	19	100	22	78	21	52	17	41
	119		100		73		58	

Fonte: Resultado da pesquisa a partir dos relatórios Síntese do ENADE (2006 – 2015).

Na tabela 5 também observa-se que a quantidade de cursos das IES públicas do curso de Administração teve aumento significativo, saindo de 126 cursos participantes na edição de 2006 para 242 em 2015, ou seja, quase dobrou, o que não ocorreu com o Secretariado Executivo e nem com Ciências Contábeis.

Desse modo, a crescente redução dos cursos de Secretariado no Brasil pode estar atrelada a fatores relacionados a formação, no que diz respeito a não estar em sincronia com as exigências de qualificação demandadas pelas organizações, ou a fatores sociais e econômicos, indicando que se continuar nesse ritmo de retração, ocorrerá maior incidência de profissionais de outras áreas ocupando o cargo e as atividades do secretariado, uma vez que a formação acadêmica, na modalidade presencial, está decrescendo em ritmo acelerado e deixando de contemplar os estados brasileiros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo possibilitou apresentar um panorama atual da formação acadêmica em Secretariado no Brasil, no tocante a cursos bacharéis e tecnológicos presenciais, criados e em funcionamento, bem como a categoria administrativa e localização geográfica das instituições de ensino. Ainda, comparou-se a situação da formação em Secretariado com Administração e em Ciências Contábeis.

Foi identificada a criação de 212 cursos de graduação em Secretariado, representando a expansão da oferta em todo o território nacional, conseqüentemente a maior demanda pelo profissional com a formação específica. O período 2000-2004 registra o maior crescimento de cursos bacharéis e o período 2005-2009 de cursos tecnológicos. Esse

crescimento da oferta acompanha o movimento de todo o ensino superior do Brasil, com políticas direcionadas a expansão de vagas, cursos e instituições de ensino privadas.

A preocupação volta-se a manutenção dos cursos que foram criados, pois confirmou-se que dos 212 criados, apenas 51 encontram-se em funcionamento. Dos 131 cursos bacharéis permanecem 37, e dos 81 tecnológicos permanecem 14. Esses resultados apontam que a formação tecnológica, na modalidade presencial, além de não ter substituído a bacharel, enfrenta dificuldades semelhantes em se consolidar. Além disso, a formação que estava disponível em todo o país, em 2019 já não atende nove estados brasileiros e 12 estados possuem um único curso.

Outra conclusão é que as instituições públicas estão assegurando a formação, pois dos 51 cursos em andamento, 23 são públicos e, em 11 estados brasileiros a formação somente existe em instituição pública. Isso mostra que apesar do incentivo ao desenvolvimento de instituições de ensino privadas e desta categoria ser líder na oferta de vagas, o cenário está se modificando. Na área de secretariado, o maior número de cursos criados e fechados foi em instituições privadas, ou seja, essa categoria não consegue manter os cursos. Nesse sentido, também se evidencia a relevância da universidade pública na consolidação das profissões e nas demandas do mundo do trabalho.

A comparação entre a oferta dos cursos de Secretariado com a dos de Administração e Ciências Contábeis, evidenciou que essas formações tiveram movimentos diferentes no percurso. Enquanto o Secretariado apresenta constante redução, a Administração e as Ciências Contábeis apresentaram crescimento. Estes resultados remetem a reflexões acerca da identidade da profissão de secretariado, ou seja, que qualificações esse profissional possui que o diferencia de outras profissões do campo da gestão? Também, levanta questionamentos quanto a efetividade da própria formação, no quanto ela está em sincronia com as qualificações exigidas pelas organizações. Fatores esses demandam novos estudos para melhor compreender esses fenômenos.

Ainda, pode-se apontar que o decréscimo dos cursos presenciais possa ser um indício que a preferência atual está sendo por cursos EAD, os quais permitem maior flexibilidade para formação. Porém, não se sabe a respeito da aceitabilidade por parte das organizações, como não se tem avaliações que permitam analisar as qualificações adquiridas pelos egressos, fica sob responsabilidade do mercado avaliar se os concluintes têm a qualificação desejada.

O exposto neste estudo oferece subsídio para reflexões e conscientização na academia secretarial acerca da situação atual da formação. Os resultados apontam tendência de continuidade da redução do número de cursos, situação que requer a estruturação de ações imediatas de todos os envolvidos. O entendimento é que as formações acadêmicas e as profissões andam lado a lado e precisam manter a sintonia para ambas evoluírem. Ao mesmo tempo, a associação entre profissão e formação acadêmica em algumas áreas não é tão clara, sendo necessário reforçar e uma das formas de melhorar essa compreensão é por meio da qualificação diferenciada dos profissionais. Portanto, a diminuição da oferta da formação em Secretariado tem reflexos negativos na profissão e merece atenção das IES, sindicatos, associações e todos os profissionais.

Outra contribuição do estudo reside na apresentação das 51 instituições de ensino que em 2019 ofertam a graduação em Secretariado, o Estado, a modalidade do curso e o ano

de início, pois estas informações encontram-se inconsistentes nas fontes de dados secundárias, como o e-Mec, do Ministério da Educação. A partir da lista aqui apresentada outros estudos poderão ser feitos, além do acompanhamento dos cursos.

O cenário apresentado também requer o acompanhamento por meio de novas pesquisas. É fundamental neste estágio, por exemplo, identificar os motivos que tem gerado o fechamento dos cursos presenciais, verificar a situação dos cursos a distância a fim de identificar se o público tem se deslocado a essa modalidade de ensino. Outra pesquisa que pode contribuir é investigar o fechamento dos cursos relacionando com o contexto social, político e econômico do país, além de investigar a aceitação dos profissionais formados no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 23 de mar. de 2019.
- _____. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. de 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm>. Acesso em: 02 de maio 2019.
- _____. Decreto nº 5.224 de 1º de outubro de 2004. Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 01 out. 2004. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5224.htm>. Acesso em: 23 mar. 2019.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 dez. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_resol03.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 67/2003, de 11 de março de 2003. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 mar. 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0067.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2019.
- _____. Ministério da Educação. Portaria nº 413, de 11 de maio de 2016. Aprova, em extrato, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 maio 2016. Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-413-2016-05-11.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2019.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES no 3, de 23 de junho de 2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de

- graduação em Secretariado Executivo e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 23 jun. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_05.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, Dec. 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 02 de maio 2019.
- CIELO, I. D.; SCHMIDT, C. M.; WENNINGKAMP, K. R. Secretariado Executivo no Brasil: Quo Vadis? **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 5, n. 3, p 49-70, set./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/256>>. Acesso em: 03 mar. 2019.
- COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 12. ed., Porto Alegre: Bookman, 2013.
- DURHAM, Eunice; SCHWARTZMAN, Simon. **Avaliação do ensino superior**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992, 207 p.
- FLORES, Sharon Rigazzo. Democratização do Ensino Superior no Brasil, uma breve história: da colônia a república. **Revista Internacional de Educação Superior**. Campina, SP, v.3, n.2, p. 401-416, 2017. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6324912>>. Acesso em: 24 mar. 2019.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatórios, ENADE. Brasília: Inep. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/relatorios>>. Acesso em: 24 mar. 2019.
- LOCKS, B. B.; MILBRATZ, T. C.; SIEWERT JUNIOR, V.; DOMINGUES, M. J. C. S. Cenário dos cursos a distância em Secretariado no Brasil. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 59-75, maio/ago. 2017. Disponível em: <<https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/583/pdf>>. Acesso em: 05 de maio 2019.
- MEC – Ministério da Educação. Institucional. Brasília: Mec, 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/institucional/historia>>. Acesso em: 02 de maio 2019.
- MEC – Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 17 abr. 2019.
- ROSSATO, R. **Século XXI: saberes em construção**. Passo Fundo: UPF, Editora Universitária, 2002.
- SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, Goiás, vol. 8, n. 2, ago./dez, p.4-17. 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035/8876>>. Acesso em: 04 de maio 2019.
- SILVA, J. S.; BARROS, C.M. P.; SANTOS, J. L. S. Educação Superior a Distância em Secretariado no Brasil: Realidades e Perspectivas da Oferta de Cursos. **Revista Expectativa**, Paraná, v. xv, n. 15, p. 04-07, 2016. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/issue/view/763/showToc>>. Acesso em: 11 de mar. 2019.
- SILVA, R. P.; RAUBER, K; WESSLING, M. C.; WILLERS, E. M. Cenário dos cursos de graduação em secretariado executivo, nível bacharelado, da região sul do Brasil: estamos

desaparecendo? In: ENCONTRO NACIONAL ACADÊMICO DE SECRETARIADO EXECUTIVO, 5.,2017, São Paulo. **Anais...** p.280 - 294.

VIEIRA, Alesandra Pereira da Silva; DURANTE, Daniela Giareta; BARROS, Conceição de Maria Pinheiro. Formação em Secretariado Executivo: oferta de disciplina de Relações - Públicas nos cursos bacharelados do Brasil. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 15, n. 1, p 27-43, jan./jun. 2015. Disponível em:

<<https://periodicos.ufv.br/ojs/RCH/article/view/3105>>. Acesso em: 30 mar. 2019.